

## O RELATO DE VIAGEM DE COSTIGAN SOBRE PORTUGAL

Maria Zulmira Bandarra de Sousa

Em 1787 saiu a público, em Londres, um livro de viagens sobre Portugal assinado por Arthur William Costigan: *Sketches of Society and Manners in Portugal*.<sup>(1)</sup> Obra em dois volumes, foi escrita num século em que o nosso país passara a figurar com frequência nos roteiros dos viajantes britânicos, quer por motivos políticos, militares ou comerciais, quer por servir Lisboa de conveniente ponto de partida para quem desejasse estender a sua viagem até à Espanha.<sup>(2)</sup> Tratava-se, contudo, da intensificação de uma prática que tinha já importantes antecedentes.

A participação de cruzados provenientes de Inglaterra na tomada de Lisboa aos mouros por D. Afonso Henriques em 1147, as negociações diplomáticas que conduziram à assinatura, em 1386, do Tratado de Windsor, início oficial da aliança luso-britânica, o período das Descobertas marítimas portuguesas, a derrota de D. Sebastião em Alcácer-Quibir e a conseqüente perda da nossa independência nacional foram, todos eles, acontecimentos históricos que trouxeram britânicos a Portugal ou chamaram a sua atenção para este pequeno país da Península Ibérica. Mas foi sobretudo no século XVIII que Portugal ganhou relevo entre as nações europeias mais procuradas pelos viajantes de além-Mancha. Razões de ordem geográfica e cultural ajudam a explicar esta realidade.

No primeiro caso deve salientar-se o reconhecimento, por parte dos

---

(1) A indicação bibliográfica completa é a seguinte:

Arthur William Costigan, *Sketches of Society and Manners in Portugal. In a series of letters from Arthur William Costigan, Esq. Late a captain of the Irish brigade in the service of Spain, to his brother in London. In two volumes.* London: Printed for T. Vernor, Birchin-Lane, Cornhill, s/d. [1787]. De ora em diante esta obra será referida abreviadamente por *Sketches*.

(2) «Mas para o viajante inglês, Portugal não é um país longínquo: está a poucos dias de travessia da Mancha e do Atlântico. A partir do século XVIII, a escala por Lisboa é mesmo um ponto de partida cómodo para visitar a Península Ibérica. São precisamente os ingleses — e também o italiano Giuseppe Barretti — que levam a Europa a descobrir a Península Ibérica, ainda quase desconhecida [...]», in Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux, *Literatura Portuguesa, Literatura Comparada e Teoria da Literatura*. Lisboa, Edições 70, col. Signos, 1982, p. 30.

médicos britânicos, dos efeitos benéficos que a amenidade do clima português podia ter nos doentes pulmonares, facto que os levou a recomendar o nosso país — geograficamente próximo da Grã-Bretanha e de acesso fácil por meio de uma travessia marítima que não oferecia perigos de maior — como lugar ideal para convalescença. Em segundo lugar, é de assinalar o aparecimento de um novo tipo de viajante que não se movimentava já por imperativos profissionais, mas antes com o simples objectivo de se enriquecer intelectualmente e de se divertir. Em Inglaterra, a partir do reinado de Elisabeth I, passara a estar na moda fazer o *Grand Tour*, ou seja, seguir um trajecto que incluía essencialmente a França, a Itália e os Países Baixos e que era considerado como necessário para a educação de um verdadeiro *gentleman*. Com o desenrolar dos anos este costume ganhou raízes e, no século XVIII, com a melhoria progressiva das próprias condições de viajar, em termos de segurança e de comodidade, foram muitos os ingleses, alguns até nomes sonantes da literatura como Samuel Johnson, Thomas Gray, Horace Walpole, Tobias Smollett, William Beckford e Robert Southey, que realizaram viagens pelo continente europeu no intuito de alargarem os seus horizontes culturais. Portugal, que não constava do roteiro habitual do *Grand Tour*, começou então, gradualmente, a atrair estes viajantes com disponibilidade de tempo e de dinheiro.

Mas foi principalmente o Terramoto de 1755 que trouxe a Portugal um grande número de forasteiros, entre os quais muitos britânicos, todos eles curiosos em ver as consequências de tão poderoso fenómeno natural. <sup>(3)</sup> Várias destas pessoas deixaram para a posteridade descrições de uma cidade destroçada que a Europa leu com fascínio. <sup>(4)</sup> Na Grã-Bretanha, tais relatos surgiram no contexto de uma ampla produção de livros de viagens que conhecia já uma apreciável tradição e que o público consumia com entusiasmo, mas que apresentava ainda uma escassez de obras respeitantes a Portugal. Contudo, uma vez despertado o interesse pela realidade portuguesa através dos trágicos acontecimentos de 1755, a imprensa britânica viu surgir aos poucos alguns títulos resultantes de visitas efectuadas ao nosso país, destacando-se entre eles *Travels through Portugal and Spain, in 1772 and 1773* (1755) de Richard Twiss e *Travels through Spain and Portugal in 1774, with a short account of the Spanish Expedition against Algiers in 1775* (1777) do major William Dalrymple, este último caracterizado por uma apreciação cáustica de Portugal que Costigan viria, dez anos mais tarde, a imitar.

As impressões sobre o nosso país recolhidas nestas primeiras obras concorreram de forma efectiva para uma divulgação de Portugal na Grã-

---

<sup>(3)</sup> «Enfim: pode-se dizer que, com o terramoto, além dos interesses políticos e comerciais, Portugal passou a constituir um motivo jornalístico para os ingleses [...] foi como consequência desta catástrofe que os ingleses começaram a interessar-se pelos assuntos portugueses, primeiro, pelos acontecimentos políticos internos, depois, pela nossa vida literária.», in Carlos Estorninho, *O Terramoto de 1755 e a sua Repercussão nas Relações Luso-Britânicas*. (Separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, Tomo XXII, 2.ª série, n.º 1, 1956). Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1956, p. 25. Vide, também, Castelo Branco Chaves, *Os livros de viagens em Portugal no século XVIII e a sua projecção europeia*. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, Ministério da Educação e Investigação Científica, col. Biblioteca Breve, 1977, p. 13; e Félix Walter, *La Littérature Portugaise en Angleterre à l'Époque Romantique*. Paris, Librairie Ancienne Honoré Champion, 1927, p. 33.

<sup>(4)</sup> Sobre as descrições de autoria britânica consulte-se: Judite Nozes (ed.), *The Lisbon earthquake of 1755. Some British eye-witness accounts*. Lisbon, The British Historical Society of Portugal, 1987.



Bretanha, mas não constituíram, nesse sentido, um arranque decisivo, como é comprovado pelo pouco impacto que tais relatos alcançaram junto do público leitor e pelo relativo anonimato em que os seus autores permaneceram. Faltavam ainda alguns anos para o aparecimento de nomes de relevo no domínio da literatura de viagens britânica sobre Portugal, como os de James Cavanah Murphy, <sup>(5)</sup> William Beckford <sup>(6)</sup> e Robert Southey <sup>(7)</sup> (limitando-nos apenas à era de setecentos), que assinaram obras qualitativamente superiores, de circulação bem mais vasta e que viriam a revelar-se largamente influentes junto de futuros viajantes.

Dentro deste contexto, a obra de Costigan, *Sketches*, objecto de estudo do presente artigo, ocupa uma posição peculiar. Dada à estampa na década de 80 do século XVIII, é talvez o primeiro exemplo de um livro de viagens sobre Portugal que conhece uma divulgação assinalável, apesar de o seu autor ser um desconhecido no mundo das letras. Imediatamente após a sua publicação passou a constituir uma leitura quase obrigatória para todos aqueles que tencionavam rumar ao nosso país, o que se enquadrava na prática corrente, entre os viajantes, de consultarem antecipadamente a bibliografia sobre os lugares que se preparavam para visitar. Robert Southey, um dos autores atrás citados, procedeu desse modo e pode ser tomado como indicador da repercussão do relato de viagem de Costigan. Na sua obra *Letters Written During a Short Residence in Spain and Portugal, With some account of Spanish and Portuguese Poetry*, datada de 1797, define o livro de Costigan como «a book, so romantic, apparently — really so true!» (p. 397), afirmando dessa forma partilhar da tão negativa visão de Portugal que aquele militar dera a conhecer em Inglaterra e que depressa aí se propagara. Com efeito, a *Sketches* devemos atribuir um papel

---

<sup>(5)</sup> James Cavanah Murphy (1760-1814), arquitecto, esteve por duas vezes em Portugal, a primeira entre 1788 e 1790 e a segunda entre 1799 e 1802, tendo deixado registadas as suas impressões e estudos em *Travels in Portugal*, [etc]. London: Printed for A. Strahan, and T. Cadell Jun. and W. Davies (Successors to Mr. Cadell), 1795; *Plans, Elevations, Sections and Views of the Church of Batalha*, [etc]. London: Printed for I. & J. Taylor, 1795; e *A General View of the State of Portugal*, [etc.]. London: Printed for T. Cadell Jun., and W. Davies, 1798.

<sup>(6)</sup> William Beckford (1760-1844), homem mundano, irreverente, intelectual cheio de sensibilidade, visitou Portugal por diversas vezes entre 1787 e 1799. A amizade com os Marialva abriu-lhe muitas portas e pôde, por isso, relacionar-se com diversas figuras da Corte e da aristocracia portuguesas, mas o seu carácter comunicativo levou-o também a contactar com as classes mais baixas da população, tornando-se um caso de celebridade. As suas impressões sobre Portugal foram publicadas em *Italy; with Sketches of Spain and Portugal. By the author od «Vathek»*. London: Richard Bentley, 1834; e *Recollections of an Excursion to the Monasteries of Alcobaça and Batalha. By the author of «Vathek»*. London, Richard Bentley, 1835. Já no século XX, Boyd Alexander editou o diário que esteve na base da elaboração da primeira daquelas obras: *The Journal of William Beckford in Portugal and Spain 1787-1788*. London, Rupert Hart-Davis, 1954.

<sup>(7)</sup> Robert Southey (1774-1843), um dos nomes da 1.ª geração de poetas românticos ingleses, foi igualmente historiador e ensaísta. Esteve por duas vezes em Portugal, a primeira vez em 1795-96 e a segunda em 1800-1801, tendo deixado as suas impressões registadas na vasta correspondência que trocou com familiares e amigos e em dois relatos de viagem: *Letters Written During a Short Residence in Spain and Portugal. With some account of Spanish and Portuguese Poetry*. Bristol, Printed by Bulgin and Rosser, for Joseph Cottle, and G. G. and J. Robinson, and Cadell and Davies, London, 1797 (2.ª edição, 1799; 3.ª edição, 1808) e *Journals of a Residence in Portugal 1800-1801 and a Visit to France 1838. Supplemented by extracts from his correspondence*. Edited by Adolfo Cabral. Oxford, At the Clarendon Press, 1960.

O interesse que sentiu pela literatura e pela História de Portugal e os estudos que lhes dedicou valeram-lhe ser considerado o primeiro lusófilo inglês.



preponderante na criação de pré-conceitos relativamente à realidade portuguesa que muito se arregaçaram nas mentes dos britânicos, como o caso de Robert Southey testemunha. (8) Ao seu nome podemos acrescentar outros, como os de Heinrich Friedrich Link, (9) Marianne Baillie (10) e William Henry Giles Kingston, (11) viajantes que igualmente citam Costigan nas respectivas obras, concordando com os seus pontos de vista ou repudiando-os, o que reforça a divulgação deste relato detractor de Portugal e sublinha a importância de que se pode revestir a assimilação de opiniões alheias, no sentido de condicionar o modo como se aprecia uma realidade desconhecida.

O alcance do livro de Costigan é também comprovado pelas edições e traduções que dele se fizeram a partir da sua publicação em Londres em 1787. A data da 1.ª edição inglesa é inferida a partir do «Advertisement» que abre o vol. I desta obra, já que o editor não fornece tal informação. Como o próprio sub-título indica, o relato está escrito *In a series of letters from Arthur William Costigan, Esq. Late a captain of the Irish brigade in the service of Spain, to his brother in London*, e é precisamente este irmão, Charles A. Costigan, que assina o referido «Advertisement», datando-o de 1787. *The National Union Catalog* da Biblioteca do Congresso (Washington) assinala, entretanto, outras edições em língua inglesa, uma sem lugar nem editor, de 1788, e uma outra, com o novo título «Travels in Portugal, chiefly relative to society and manners in that country...», versão abreviada da obra de Costigan, da autoria de William Fordyce Mavor, que a incluiu em *Historical Account of the most celebrated Voyages, Travels and Discoveries, from the time of Columbus to the present period*. (12)

Também em França o livro de Costigan foi divulgado. Conforme nos dá conta o *Catalogue Général des Livres Imprimés* da Biblioteca Nacional de Paris, data de 1811 a tradução francesa *Lettres sur le gouvernement, les moeurs et les usages en Portugal, écrites par Arthur William Costigan, officier irlandais, à son frère. Traduites de l'anglais (par Boursier)* (13), existindo contudo na Biblioteca Nacional de Lisboa uma anterior, de 1810, com o mesmo título. (14) É nesta mesma Biblioteca que podemos igualmente consultar um pequeno volume da

---

(8) Robert Southey, que começou por concordar com os juízos extremamente severos feitos por Costigan em relação à sociedade portuguesa, viria mais tarde a mudar de opinião, como demonstram as alterações introduzidas nas 2.ª e 3.ª edições do seu relato de 1797 e todos os seus esforços posteriores para divulgar em Inglaterra uma imagem mais favorável de Portugal.

(9) Heinrich Friedrich Link, *Bemerkungen auf einer Reise durch Frankreich, Spanien und vorzüglich Portugal*. Kiel, 1801-1804, 3 vols. Consultámos a tradução francesa: *Voyage en Portugal, depuis 1797 jusqu'en 1799*. [etc]. A Paris, Chez Levrault, Schoell et C<sup>mie</sup>. Libraires, 1803.

(10) Marianne Baillie, *Lisbon in the Years 1821, 1822 and 1823*. London, John Murray, 1824, 2 vols.

(11) William Henry Giles Kingston, *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil*. London, John W. Parker, 1845, 2 vols.

(12) William Fordyce Mavor (1758-1837) compôs uma obra em 20 volumes com o título: *Historical Account of the most celebrated Voyages, Travels and Discoveries, from the time of Columbus to the present period. With plates*. London, E. Newbery, 1796-97. A versão abreviada do relato de Costigan vem no vol. 17, pp. 155-240.

(13) Esta tradução é de: Paris, par Le Normant, 1811.

(14) Foi publicada igualmente em Paris, mas o editor é outro: L. - A. Piton, Libraire. Vale a pena transcrever algumas palavras do «Advertisement du traducteur», por conterem, por um lado, uma declaração de confiança em relação à imagem de Portugal que Costigan apresenta, e, por outro, por revelarem as dificuldades do tradutor em lidar com um relato contundente e de manifesta irreverência, como é *Sketches*: «Mais elles [Lettres] sont écrites avec esprit, et portent un caractère de franchise et d'amour pour la vérité et le bien général, qui dispose à croire les faits que l'auteur



«Bibliothèque Géographique et Instructive des Jeunes Gens», sem data nem lugar de publicação, intitulado *Voyage de Costigan, en Portugal; Avec des observations et additions importantes, tirées des ouvrages de TWISS, MURPHY, LINK, DALRYMPLE, du duc DU CHATELET, et autres voyageurs*, onde se diz o seguinte:

«De tous les voyages qui ont été publiés sur le Portugal, celui d'un ingénieur anglois, M. Costigan, nous a paru le plus propre à entrer dans notre collection. Mais, comme ce voyageur, en s'étendant sur des anedoctes qui font connoître l'esprit et le caractère national des habitants, a négligé beaucoup de matériaux intéressants pour l'histoire et la géographie, nous avons puisé dans d'autres auteurs de quoi remplir les lacunes qu'il a laissés.»<sup>(15)</sup>

Este excerto, ao mesmo tempo que dá valor ao livro de Costigan sobre Portugal, faz também, em linhas gerais, uma apreciação do seu conteúdo, destacando o carácter anedótico da obra, repleta de histórias e reproduções de diálogos travados com diversas personagens portuguesas e estrangeiras que o autor afirma ter conhecido durante a sua permanência no nosso país — procedimento que visa conferir veracidade aos juízos veiculados — e apontando para a relativa escassez de dados históricos e geográficos que os relatos habitualmente transmitiam.

No século XVIII os livros de viagens possuíam, de um modo geral, um cariz descritivo. Guiando-se primordialmente por noções de utilidade pública, os viajantes esforçavam-se por incluir nas suas publicações o maior número possível de informações objectivas, práticas, com vista a apoiar de forma eficaz todos aqueles leitores que tencionassem seguir o mesmo percurso. Costigan, no entanto, foge bastante a esta tendência. Embora não deixe de registar dados desse género, orienta essencialmente a narrativa no sentido de uma análise mais subjectiva, avaliando a realidade portuguesa de acordo com a sua ideologia e interesses pessoais e colocando-se ele próprio entre o leque das personagens da obra, umas vezes como actor, outras como simples espectador. Por tudo isto, *Sketches* anuncia já o relato de viagem oitocentista de pendor romântico, em que a realidade estrangeira é filtrada pela sensibilidade de quem escreve e a prioridade é conferida, não já à descrição, mas sim à anotação impressionista.

Retomando as questões relacionadas com a divulgação do livro de Costigan além-fronteiras, e passando ao caso português, verifica-se que vários têm sido os estudiosos que se debruçaram sobre este militar e que o seu relato de viagem foi também vertido para a nossa língua, já no século XX, em 1946:

---

avance, quelque défavorables qu'ils soient au gouvernement portugais. [...] J'ai cependant supprimé bien des choses qui auraient pu choquer les consciences et les oreilles très-delicates, comme quelques aventures de moines, et des idées sur la religion».

Compare-se a opção do tradutor francês em omitir certas passagens mais ofensivas da obra com a posição tomada por Augusto Reis Machado, o tradutor português (*vide* nota 16 do presente artigo): «Reproduzindo a presente edição integralmente a primeira, entendeu-se não omitir grosseiras expressões e cenas indecorosas com que o autor representou vários aspectos da sociedade portuguesa do século XVIII.» (p. 5)

<sup>(15)</sup> *Voyage de Costigan, en Portugal* [etc]. s/lugar, De L'Imprimerie de Crapelet, s/d., p. 17.



*Cartas de Portugal 1778-1779*, tradução, prefácio e notas de Augusto Reis Machado. <sup>(16)</sup> No século anterior, contudo, tinham sido dados passos importantes no sentido de fazer luz sobre a identidade e carácter do autor de *Sketches*. Assim, Manuel Bernardes Branco, em *Portugal e os Estrangeiros*, registou esta obra sobre Portugal, tendo tido o cuidado de apresentar resumos do conteúdo de algumas das cartas — Costigan optou pela forma epistolar para estruturar o seu livro — e traduzindo passagens que se lhe afiguravam mais curiosas ou relevantes, nomeadamente aquelas que comprovavam a enorme superstição dos lusitanos, a política do Marquês de Pombal e a situação presente do nosso país. <sup>(17)</sup> O *Diccionario Bibliographico Portuguez* de Inocêncio Francisco da Silva, no seu vol. XIX, assinala igualmente este título, remetendo todavia o leitor para Bernardes Branco, por dar este estudioso «notícia circunstanciada da obra de Costigan.» <sup>(18)</sup>

Ora, Bernardes Branco, após ter inserido os excertos da obra de Costigan a que já aludimos, interroga-se sobre a exactidão das informações fornecidas por aquele capitão da brigada irlandesa de serviço em Espanha, como o título original indica, <sup>(19)</sup> introduzindo um dado bibliográfico que veio esclarecer a autoria deste livro de viagens sobre Portugal. Trata-se de *Éloge Historique de Guillaume-Louis-Antoine de Valleré, Lu à la séance publique de l'Académie Royale des Sciences de Lisbonne, le 20 Janvier 1798, par François de Borgia Garção Stockler [...]; Publié de nouveau, avec des Additions et des Anecdotes sur sa vie, et la réfutation de l'article qui le concerne, inséré dans la Bibliotheque Britannique*, de Marie Louise de Valleré <sup>(20)</sup>, publicação com que a filha daquele militar francês pretendeu repor a verdade sobre a vida de seu pai. Guillaume-Louis-Antoine de Valleré, nascido em Ferté-Milon no ano de 1727, na mesma casa que Racine, viera para Portugal em 1753 e, em 1757, dera entrada no exército português com o posto de capitão de mineiros. Em 1762 ascendeu a tenente-coronel e faleceu no ano de 1796 como tenente-general. Este estrangeiro que fez carreira em Portugal desempenhou ainda as funções de inspector geral de artilharia, fortificações e do Real Corpo de Engenheiros, foi sócio da Academia Real das Ciências desde 1780 e dele fez Costigan, em *Sketches*, uma biografia <sup>(21)</sup> que Marie Louise de Valleré reputa de incorrecta e mal intencionada. <sup>(22)</sup> É é ao contestar as apreciações de Portugal e dos portugueses atribuídas pelo autor a Guillaume

---

<sup>(16)</sup> Arthur William Costigan, *Cartas de Portugal 1778-1779*. Tradução, prefácio e notas por Augusto Reis Machado. Lisboa, Edições Ática, col. «Portugal visto pelos Estrangeiros» dirigida por Castelo Branco Chaves, s/d. [1946]. Esta tradução portuguesa, feita a partir do original inglês de 1787, foi recentemente reeditada por *Lisóptima Editores* e inclui correcções ao prefácio e ao texto que Reis Machado deixou inéditas, bem como iconografia ilustrativa do conteúdo do relato de Costigan.

<sup>(17)</sup> Manuel Bernardes Branco, *Portugal e os Estrangeiros* [etc]. Vol. I, Lisboa, Livraria de A. M. Pereira — Editor, Imprensa Nacional, 1879, pp. 271-285.

<sup>(18)</sup> Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos de Inocêncio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Vol. XIX. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, p. 180.

<sup>(19)</sup> Vide nota 1 do presente artigo.

<sup>(20)</sup> Esta obra, em edição bilingue (francês-português), foi publicada em Paris, Chez Firmin Didot, Imprimeur-Libraire, 1808.

<sup>(21)</sup> A biografia de Guillaume de Valleré ocupa as pps. 193-262 do vol. I de *Sketches* e, pelo seu conteúdo, assemelha-se a um verdadeiro romance de aventuras.

<sup>(22)</sup> Sobre Guillaume de Valleré, consultar: José Justino Teixeira Botelho (General), *Novos Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa*. Vol. I. Lisboa, Publicações da Comissão de História Militar (V), 1944.

de Valleré que a filha deste revela tratar-se Arthur William Costigan de um pseudónimo do «brigadeiro F.....», adiantando simultaneamente traços do carácter deste homem que construiu tão má imagem de Portugal:

«Ninguém hoje ignora que o brigadeiro F..... he o verdadeiro autor das sobredidas cartas, o qual pelo seu mão caracter moral e opiniões religiosas foi constrangido a largar o commando do regimento d'artilheria do Minho, e a sahir de Portugal no primeiro anno do reinado de S. Mag<sup>e</sup> que D. G<sup>e</sup>.

Este homem para exhalar o veneno que lhe roía o coração contra o Governo e a nação portugueza, dos quaes se considerava offendido, servio-se de hum nome supposto para merecer mais crença e soltar livremente as rédeas á sua maledicencia, escrevendo hum amontoado de calumnias e vituperios contra a nação em geral, e em particular contra todos aquelles que tiverão a desgraça de serem delle conhecidos.

Finge pois dois Inglezes de distincção veajando em Portugal, e nas conversações que os faz ter com diversas pessoas, não hesita hum sò momento em comprometter nomes respeitaveis, com tanto que satisfaça a sua raiva, e o desejo insaciavel que tem de dizer mal: tendo a baixeza e infamia de attribuir ás pessoas, com quem suppõe fallar, o que sòmente escreveu a sua penna, suggerido pela sua imaginação. Huma destas foi meu pai, e por esta razão me propuz mostrar a falsidade de tudo o que lhe fez dizer.»

Mais adiante, Marie Louise de Valleré diz ainda:

«[...] com razão deverão desconfiar de tudo quanto escreveu a sua penna, muito principalmente as pessoas que tiverem conhecimento do seu caracter, e souberem que elle era mal visto dos seus mesmos compatriotas.»<sup>(23)</sup>

Vai longa a citação, mas esta demora justifica-se pelo facto de estarmos perante o testemunho de alguém que conheceu pessoalmente o autor de *Sketches* e dele fez um retrato nada lisonjeiro, com o qual pretende explicar a má vontade daquele viajante em relação a Portugal. É na «Letter IX», endereçada de Castelo Branco, 1778, que Costigan introduz Guillaume de Valleré na sua narrativa, dizendo que o conheceu em Elvas e definindo-o como «a character of the most acknowledged uprightness and veracity» (vol. I, p. 169) para, de seguida, conseguir inspirar no leitor confiança em relação a todos os julgamentos depreciativos acerca do nosso povo e país que ele afirma ter escutado da boca daquele francês.

Como militar, Costigan presta no seu relato uma atenção particular às fardas, aos fortes e guarnições e, por essa razão, dedica também muitas páginas a Guillaume de Valleré, oficial distinto que prestou largos serviços reconhecidos pelo Conde de Lippe e que desde 1762 até 1789 comandou o Regimento de Artilharia da Província do Alentejo. Foi exactamente nessa região, como nos

---

<sup>(23)</sup> *Op. cit.*, pp. 208 e 210 e p. 218, respectivamente.



é dito, que os dois homens se conheceram, tendo o autor de *Sketches* aproveitado a oportunidade para se inteirar do estado passado e presente do exército português e pedir permissão para visitar as instalações militares locais. Deste facto o próprio Guillaume de Valleré deixou prova, que a filha Marie Louise incluiu na sua obra atrás citada. Trata-se de uma carta de seu pai enviada ao Conde de Lippe <sup>(24)</sup>, datada de Elvas, 14 de Janeiro de 1774, onde se lê:

«Serenissimo Senhor,  
«Nunca mais agradáveis novas podia receber eu de Vossa Alteza, que as que me deu o coronel Ferriere, quando passou por esta praça. [...] Com muito gosto empreguei toda huma tarde em mostrar a M. Ferriere o Forte com a maior individuação, que me foi possível, e pelas suas expressões faço juizo da admiração, que nelle motivarão as diferentes obras.» <sup>(25)</sup>

O texto desta carta contém, como vemos, a identificação do «brigadeiro F.» como sendo o coronel Ferriere (ou melhor, Ferrier), informação que possibilitou um avanço no esclarecimento desta autoria. <sup>(26)</sup> Já no nosso século, Aquilino Ribeiro, em *Anastácio da Cunha. O Lente Penitenciado (Vida e Obra)* <sup>(27)</sup>, ao traçar a biografia daquele homem de letras setecentista, notável pela vasta cultura literária e científica que possuía, teve necessariamente de focar o tempo em que Anastácio da Cunha (1744-1787) foi 1.º tenente de artilharia na praça de Valença; e, ao fazer o historial das relações que o futuro lente de Geometria da Universidade de Coimbra aí estabeleceu com oficiais britânicos de credo protestante, viria a deparar com o autor de *Sketches*.

Socorrendo-se de uma obra de Teixeira Botelho, *Subsídios para a história da artilharia portuguesa*, <sup>(28)</sup> Aquilino Ribeiro pôde reconstituir o ambiente que então se vivia naquele aquartelamento nortenho, caracterizado por uma desordem constante, resultado da grande percentagem de oficiais estrangeiros que nele existiam e que se preocupavam pouco em cumprir a disciplina do

---

<sup>(24)</sup> Marie Louise de Valleré é também autora de uma «Carta aos Redactores» de *O Investigador Portuguez em Inglaterra, ou Jornal Literario, Politico, &c.* (Vol. III, Londres, H. Dryer, Impressor, n.º XI, Maio de 1812, pp. 427-431), escrita a propósito da publicação, naquele periódico, de uma memória do Conde de Lippe sobre a disciplina militar e sua aplicação em Portugal. Assinada de Lisboa, 28 de Fevereiro de 1812, nessa «Carta» repete a autora os elogios a seu pai feitos pelo Conde de Lippe e presta-se a comentar e esclarecer em maior profundidade os factos que aquele Marechal General conta relacionados com Guillaume de Valleré.

<sup>(25)</sup> Marie Louise de Valleré, *op. cit.*, p. 232. Como podemos ler no texto desta carta, Guillaume de Valleré diz que mostrou o Forte La Lippe a Ferriere, mas o autor de *Sketches* afirma que, por medidas de segurança, não lhe foi dada autorização para visitar a referida estrutura defensiva, tendo-se-lhe contudo referido como «this important fortress, which, I am assured, is the only thing in this kingdom really deserving the name.» (Vol. I, p. 191)

<sup>(26)</sup> A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, que apresenta uma entrada para Arthur William Costigan, aventa ainda uma outra hipótese de autoria: «Há quem alegue ser esse um nome fictício. Diz-se que o verdadeiro autor era um brigadeiro português que por motivo das suas opiniões religiosas foi constringido a largar o comando do regimento de artilharia do Minho e a sair de Portugal.»; vol. VII, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Limitada, s/d., p. 913.

<sup>(27)</sup> Edição consultada: Aquilino Ribeiro, *Anastácio da Cunha. O Lente Penitenciado (Vida e Obra)*. 2.ª edição. Lisboa, Livraria Bertrand, 1938.

<sup>(28)</sup> Edição consultada: José Faustino Teixeira Botelho (General), *Novos Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa*. Vol. I. Lisboa, Publicações de História Militar (V), 1944.



regimento. Estes homens, descritos por Aquilino Ribeiro como «gente sem leira nem beira, gentilhomens pobres, forajidos à justiça da sua terra alguns, crivados de dividas quasi todos, numa palavra com as qualidades românticas do aventureiro e as infalíveis taras» (29), tinham, muitos deles, dado entrada no exército português usando nomes fictícios, sendo possível que o próprio comandante do corpo, James Ferrier, estivesse escudado sob uma falsa identidade.

Durante o período de cerca de dez anos em que Anastácio da Cunha esteve destacado em Valença, fez grande amizade com o referido James Ferrier, um escocês nascido em St. Andrews no ano de 1734 e que, em Agosto de 1762, entrara ao serviço do nosso exército com a patente de capitão de infantaria com exercício de engenheiro. A partir dessa data as promoções deste oficial, auxiliar do Conde de Lippe na tarefa de reorganização do exército português, sucederam-se rapidamente: em Março de 1763 passava a sargento-mor de infantaria, ainda no mesmo ano, em Junho, na qualidade de tenente-coronel, foi encarregado de organizar o Regimento de Artilharia de Lagos, em Agosto de 1765, como coronel, tornou-se comandante do Regimento de Artilharia do Porto, com quartel em Valença e, em Junho de 1775, alcançou o posto de brigadeiro. Quando, alguns anos mais tarde, abandonou Portugal, este militar cujo mau génio «o fazia viver mal com os seus camaradas, e propenso a abusar da sua posição de estrangeiro e de oficial superior.» (30) deixava atrás de si uma boa folha de serviços que incluía a organização do Regimento de Artilharia de Lagos e a do Algarve (trabalho que realizou entre Setembro de 1774 e Abril de 1775), a organização defensiva da praça de Valença e a construção da ponte de Ortiga durante a campanha de 1762.

Mas regressemos a Valença para completar um pouco mais o retrato deste escocês que Aquilino Ribeiro, baseando-se no testemunho de Marie Louise de Valleré, identifica com Arthur William Costigan, alertando-nos contudo para a dúvida sobre qual dos dois nomes seria o verdadeiro e qual o pseudónimo. (31) Pelo que nos diz Teixeira Botelho, ficamos ainda a saber que era um protegido do Conde de Lippe, facto que explica o ter-se mantido no comando daquele regimento apesar dos erros de administração que ali foram detectados em 1767 por John Forbes Macbean, (32) inglês, coronel de artilharia e inspector dos corpos da Arma. De outras acusações viria em 1771 a ser alvo, desta feita por ocasião de grave desentendimento com o sargento-mor do regimento, António Galego Soromenho, o qual foi, por esse motivo, condenado a seis anos de prisão, mas não sem que antes dirigisse um memorial ao Marquês de Pombal em que denunciava procedimentos muito pouco correctos por parte de James Ferrier. (33)

---

(29) *Op. cit.*, p. 45.

(30) José Faustino Teixeira Botelho (General), *op. cit.*, p. 110.

(31) Aquilino Ribeiro, *op. cit.*, cap. III, pp. 63-88. Já em 1936 fora feita esta identificação pelo padre Ernesto Augusto Pereira Sales: *O Conde de Lippe em Portugal*. Vila Nova de Famalicão, Publicações da Comissão de História Militar, 1936, p. 71.

(32) Para um resumo dos erros administrativos que foram detectados durante o comando de James Ferrier *vide*: José Faustino Teixeira Botelho (General), *op. cit.*, pp. 144-145.

(33) Para um resumo das acusações feitas por Soromenho a James Ferrier consulte-se: *idem*, *ibidem*, p. 145.



Estes acontecimentos dão-nos uma ideia do ambiente de indisciplina e intraquilidade que reinava em Valença, acompanhado que era por discussões de ideias filosóficas e leituras de obras que a Inquisição condenava (Hobbes, Rousseau, Voltaire...). Imediatamente após a subida ao trono de D. Maria I, o Tribunal do Santo Ofício procedeu a uma depuração daquela praça nortenha, com vista a eliminar todas as sementes aí deixadas pelos livre-pensadores e protestantes estrangeiros. José Anastácio da Cunha, homem que James Ferrier tinha em alta estima e que desde o início aderira com entusiasmo àquele clima de debate, foi um dos oficiais de Valença acusados pela Inquisição. Preso em 1778, em Coimbra, onde era já lente de Geometria da Universidade local, a Anastácio da Cunha viriam a ser imputados os crimes de apostasia, heresia, e de ter caído nos erros do libertinismo, deísmo, tolerantismo e indiferentismo. Saído em auto-de-fé de 11 de Outubro de 1778, em Lisboa, acabaria por ser condenado a sete anos de reclusão e de degredo, pena que não foi tão grave quanto seria de esperar, se considerarmos o peso das acusações que lhe foram feitas.

A leitura do processo de Anastácio da Cunha na Inquisição de Coimbra <sup>(34)</sup> mostra como ao longo das sessões de interrogatório o ex-tenente do regimento destacado em Valença confessou as culpas de que fora incriminado, entre as quais a de ter por amigos íntimos os protestantes da guarnição, nomeadamente James Ferrier. Admitindo que, naquela praça, «foi tendo muito trato, familiaridade, e amizade com o chefe, e oficiais do mesmo Regiemnto Protestantes, e especialmente com o seo Capitão Ricardo Moller, com o Brigadeiro Diogo Ferrier» e que «por força do dito trato, livros libertinos que com frequência lia, costumes depravados, digo costumes livres, que via praticar na dita Praça, como o da luxuria, e da ebriedade foi elle Reo perdendo os bons habitos que tinha adquirido na sua educação, e corrompendosse nos costumes, entregando sse aos sobreditos dous vícios, e da mesma sorte foi desprezando os preceitos Eccleziasticos» <sup>(35)</sup>, Anastácio da Cunha foi reconhecendo os seus erros, esforçando-se por proteger os portugueses pertencentes àquele heterodoxo círculo nortenho e denunciando a influência dos estrangeiros de patente superior, qualidade que os colocava fora da alçada da Inquisição. Daí que James Ferrier, apesar de ter sido acusado durante esta confissão de possuir na sua biblioteca obras de autores proibidos, de encomendar a Anastácio da Cunha traduções de textos franceses e ingleses considerados ímpios, de escrever cartas em que punha a religião católica a ridículo e de ser ele próprio o responsável por um poema intitulado *Veritati Sacrum*, «composição em verso Solto Portugues, que tinha por objecto expor varias loucuras dos homens [...] e nella louvava os Filozofos modernos como, Neuton, Vultaire, e Rousseau, e outros por terem penssado, e escripto bem ainda nas materias tocantes a Religião e na dita composição apoyava o dito Ferier não haver couza mais justa que o Tolerantismo, e o pensar se livremente, e como cada hum

---

<sup>(34)</sup> Este processo (A. N. T. T. , Inquisição de Coimbra, Apartados, pasta 10, processo n.º 8087) foi publicado na íntegra por João Pedro Ferro na revista *História*. Lisboa, Publicações Projornal, Ld.ª, nos seguintes números: Ano IX, n.º 100, Fevereiro de 1987, pp. 4-35; Ano IX, n.º 101, Março de 1987, pp. 18-42; Ano IX, n.º 102, Novembro de 1987, pp. 20-47; Ano IX, n.º 103, Dezembro de 1987, pp. 70-96.

<sup>(35)</sup> Revista *História*. Lisboa, Publicações Projornal, Ld.ª, Ano IX, n.º 101, Março de 1987, p. 35.



quizesse em materia de Religião» <sup>(36)</sup> não tenha chegado a ser importunado pelo Santo Ofício. No entanto, podemos colocar a hipótese de terem sido estas denúncias as razões pelas quais, a acreditarmos nas palavras de Marie Louise de Valleré, James Ferrier «foi constrangido a largar o commando do regimento d'artilharia do Minho, e a sahir de Portugal no primeiro anno do reinado de S. Mag<sup>e</sup> que D. G.<sup>e</sup> [D. Maria I]». <sup>(37)</sup>

A todas as actividades condenáveis pela Inquisição de que foi acusado, James Ferrier juntava, ao que tudo indica, uma outra, a de mação. A chegada do Conde de Lippe a Portugal conduziu a um desenvolvimento do maçonismo, como nos dizem Graça e J. S. da Silva Dias:

«A chegada do Conde de Lippe e do seu séquito a Portugal, em 1762 e anos seguintes, estabeleceu no País alguns oficiais de filiação maçónica e abriu a porta para o funcionamento de lojas de militares estrangeiros. [...] Na sua companhia ou, pouco depois, chamados por ele, vieram também diversos oficiais, de várias patentes e nacionalidades. Tal o caso dos brigadeiros Diogo Ferrier e Simão Frazer.» <sup>(38)</sup>

Sabendo-se que o próprio conde de Lippe pertencia à Maçonaria <sup>(39)</sup> e sendo James Ferrier um dos seus mais próximos acesores, podemos pensar que provavelmente ambos partilhavam esta filiação. Além do mais, o livre-pensamento grassava na praça de Valença, como já vimos, e embora não haja provas de ali existir uma loja maçónica, o certo é que o processo de um sargento-mor daquele regimento, Michael De Kinselach, na Inquisição de Coimbra, mostra que a ligação de membros seus à Maçonaria era uma realidade. <sup>(40)</sup> Assim sendo, se juntarmos estes dados aos que Anastácio da Cunha forneceu relacionados com o brigadeiro Ferrier, seremos levados a concluir que este terá sido um Irmão da referida Ordem, como fez A. H. de Oliveira Marques:

«Provavelmente iniciado maçon, em data desconhecida, [James Ferrier] exerceu grande influência sobre os seus subordinados, entre os quais se contou José Anastácio da Cunha. Com o advento do reinado de D. Maria I, foi obrigado a deixar Portugal.» <sup>(41)</sup>

---

<sup>(36)</sup> *Ibidem*, p. 37. Este poema foi publicado por Hernâni Cidade em *A Obra Poética do Dr. José Anastácio da Cunha*. Coimbra, 1930, pp. 29-32.

<sup>(37)</sup> *Éloge Historique de Guillaume-Louis-Antoine de Valleré* [etc]. Paris, Chez Firmin Didot, Imprimeur-Libraire, 1908, p. 208.

<sup>(38)</sup> Graça e J. S. da Silva Dias, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*. Volume I. Tomo I. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980, p. 195.

<sup>(39)</sup> «Um deles [mações] era, sem dúvida, o próprio Lippe. A Ordem tinha sido instituída pelo pai no condado de Schaumburg, e os biógrafos têm-lhe reconhecido a identidade pedreiral.», in *idem, ibidem*, p. 196.

<sup>(40)</sup> Michael de Kinselech, natural de Bruxelas, deu entrada em Portugal em 1762, e em 29/12/1776 foi destacado para o Regimento de Valença como sargento-mor. Em 1778 foi preso pelo Tribunal do Santo Ofício, acusado de indiferentismo e de seguir a seita dos pedreiros-livres, tendo saído em auto-de-fé de 11/10/1778 (ANTT, Inquisição de Coimbra, processo n.º 8089).

<sup>(41)</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Vol. I. Lisboa, Editorial Delta, 1986, cols. 578-579.

A data em que James Ferrier deixou o exército português não é clara. A filha de Guillaume de Valleré adianta o ano de 1777; na primeira carta de *Sketches*, datada de Cádiz, 1778, Costigan revela que abandonou o seu posto militar em Espanha e que se encontra a caminho da sua terra natal, o que, temporalmente, se aproxima do testemunho de Marie Louise de Valleré; e o General Teixeira Botelho, por seu turno, afirma que foi em 1780 que Ferrier pediu e obteve a sua demissão, tendo regressado a Inglaterra. <sup>(42)</sup> No entanto, uma carta do próprio punho de James Ferrier, enviada a Anastácio da Cunha e constante do processo deste na Inquisição de Coimbra, vem dissipar algumas dúvidas, embora não se encontre datada. Em tom apressado, James Ferrier dirige-se com amizade ao lente — «Meu Querido Doutor» — anunciando-lhe a sua partida :

«[...] não posso deixar de hir visitar aquelle rincon donde sou oriundo, pedi a minha demissão concedeu-se ma, e parto amanhã para Ynglaterra.» <sup>(43)</sup>

Ora, se tivermos em conta que todos os documentos apreendidos pela Inquisição a Anastácio da Cunha se reportam até 1778 inclusive, e que esta é a última das epístolas endereçadas por Ferrier a este seu amigo português, figurando no processo outras da sua autoria enviadas no ano anterior, com certa segurança nos podemos juntar a João Pedro Ferro, que atribui àquela missiva de despedida a data provável de 1778, <sup>(44)</sup> o que coincide precisamente com as palavras de Costigan no início do seu relato.

Finda a estada daquele militar escocês em terras portuguesas, e partindo do pressuposto de que Ferrier e Costigan são uma e a mesma pessoa, verifica-se um período de dez anos entre o abandono da Península Ibérica e a data de publicação de *Sketches*. Trata-se de um relato personalizado, escrito por um homem que se define como jovem, bem parecido, de personalidade forte, sincero e que pauta o seu comportamento pelos princípios racionais. Embora tendo nascido no seio de uma família católica irlandesa, reconhece hoje os defeitos e a má influência dessa religião, como confessa ao irmão, Charles A. Costigan, receptor primeiro do seu discurso. É este homem de negócios estabelecido em Londres (segundo nos diz o autor) quem, aliás, em nome da utilidade pública e da verdade, se dispõe a publicar as cartas sobre Portugal que compõem *Sketches*, como consta do «Advertisement» com que antecede o texto da obra:

«[...] I have considered the publication of these Letters as a duty I owe to that public of which I have the happiness to be an humble member, as well to undeceive them, in regard to those articles, puffs and paragraphs daily handed about, as coming from, or concerning Portugal, as to present them with a new and authentic body of information, concerning the Government and present situation of that country.» (I, III)

---

<sup>(42)</sup> *Op. cit.*, p. 109.

<sup>(43)</sup> Revista *História*. Lisboa, Publicações Projornal, Lda. Ano IX, n.º 101, Março de 1987, p. 24.

<sup>(44)</sup> *Ibidem*, nota (112), p. 41.



Estas palavras vão exactamente ao encontro do que o próprio Costigan não se cansa de afirmar ao longo dos seus dois volumes, ou seja, a firme decisão em ser objectivo e autêntico no que regista, tendo ainda o cuidado de alertar os leitores para o perigo que representam todos aqueles críticos literários que determinam o valor de um livro de viagens sem conhecerem *de facto* a realidade que ele descreve e não podendo, por isso mesmo, saber se o conteúdo é verdadeiro ou falso.

A vontade de isenção levou-o a confiar não só nas suas próprias opiniões mas também, e sobretudo, na dos poucos portugueses (esclarecidos!) e dos muitos estrangeiros há bastante tempo residentes em Portugal com que foi contactando no país visitado. Daí o grande número de diálogos e histórias que a obra encerra, incluídas para ilustrar ideias, costumes e comportamentos da sociedade retratada. São apontamentos anedóticos diversificados na sua temática, mas seleccionados com o propósito de criticar severamente o nosso país e, principalmente, as nossas gentes. Costigan confessa ser sua intenção «to pay much more regard to men than to things, in the accounts I give you of my travels.» (II, 34) e, com efeito, é essa a orientação que prevalece ao longo da narrativa. O mesmo ponto de vista é partilhado por *Lord Freeman*, um oficial inglês que conhece em Faro e o convida a acompanhá-lo durante a sua estada em terras lusitanas. Aristocrata distinto, fazendo-se acompanhar por um preceptor que tem por missão zelar pela moral e bons costumes do seu pupilo no estrangeiro (prática habitual do *Grand Tour*), *Lord Freeman* expõe a sua própria teoria sobre quais devem ser as prioridades de um forasteiro em viagem:

«[...] for he [*Lord Freeman*] is not of the sentiment of those travellers, whose principal object is to please the eye with the sight of fine buildings, beautiful landscapes, or lofty mountains; nor of those who pay much attention to what or when they eat or drink, or where they slept: the investigation of men, not of things, is his aim; and a competent knowledge, he thinks, it should be the traveller's first study to acquire of the language of the people he is among, their political, military and ecclesiastical government, the happy or miserable condition of the great body of the inhabitants, and of the causes producing the effects under his consideration, together with a proper notion of the history of the country and of the present state of Literature, of Commerce and of the Arts and Sciences, as cultivated among them [...]» (I, 110-111)

A leitura de *Sketches* mostra que são estes mesmos os pólos de interesse dominantes no relato e que determinaram a escolha dos materiais recolhidos durante o percurso. E para que pudessem obter os dados pretendidos, o autor e *Lord Freeman* prontificaram-se sempre a aceitar os inúmeros convites para almoços e jantares que lhes foram dirigidos e durante os quais se inteiravam sobre o viver dos portugueses. Esta experiência serviu também para constatarem a intensa vida social dos estrangeiros aqui residentes, especialmente os ingleses, que permaneciam contudo fechados a contactos com os naturais, facto que se traduzia pelo seu desconhecimento total da língua portuguesa, apesar de aqui já estarem radicados há muitos anos.

Dificuldades em relação à língua nacional foi problema que Costigan não



encontrou pois, como nos diz, a sua demorada permanência em Espanha (e que explica as ocasionais comparações que estabelece entre as duas nações peninsulares) tornara possível agora, quando se encontra de regresso à Irlanda e se dirige a Lisboa para dali embarcar para a Inglaterra, compreender facilmente o português. Além do mais, a comunicação estava-lhe facilitada por se fazer também acompanhar por um jovem padre, João Carlos, que falava inglês e diligenciava para que fossem bem acolhidos nos lugares que visitavam.

O trajeto efectuado por Costigan teve início em Faro e desenrolou-se ao longo de Tavira, Castro Marim, Vila Real de Santo António, Mértola, Évora, Vila Viçosa, Estremoz, Elvas, Castelo Branco, Covilhã, Almeida, Castelo Rodrigo, Porto, Vila do Conde, Braga, Guimarães, Coimbra, Santarém e, por fim, Lisboa, cidade onde esteve mais tempo, apenas entrecortado por uma breve ida a Oeiras e Sintra. De todas estas vilas e cidades, bem como de outras pequenas povoações que atravessaram, deixou Costigan breves apontamentos, excepção feita a Lisboa e Porto, figurativamente descritas como «the two eyes of Portugal, for here centre the whole riches of the country and all their trade with foreign nations, and with their own possessions in the Brazils [...]» (I, 361) e às quais prestou maior atenção. Com efeito, pouco sensível às belezas paisagísticas, não encontramos em Costigan grandes descrições de êxtase perante um cenário natural. Agradaram-lhe as terras algarvias cobertas por amendoeiras, figueiras, e lorangeiras (I, 14), achou bonitos os arredores do Porto (I, 409), apreciou as vinhas que ladeiam o rio Douro (I, 360) e deixou-se cativar pela beleza das margens do Tejo entre Santarém e Lisboa (II, 2); mas apenas Sintra lhe arrancou um certo devaneio, a anunciar o fascínio que aquela serra viria a exercer em futuras gerações de viajantes britânicos:

«Here Nature, undisguised by the pitiful efforts of Art, exhibits her fantastic and enchanting beauties upon a very extensive scale, and I was delighted with traversing the stupendous rocks, wildly interspersed with wood and water [...]» (II, 250).

A relativa falta de interesse pela paisagem é compensada, contudo, por uma viva curiosidade em relação ao modo como os homens souberam, ou não, transformar o ambiente circundante e tirar dele proveito. Assim, à medida que foi percorrendo o país, a cavalo ou em burros alugados, que se revelaram ser um meio de transporte rápido e barato (II, 17), depressa se deu conta do estado de grande abandono em que as terras se encontravam, embora a sua fertilidade fosse inquestionável. Este desperdiçar de terrenos particularmente dotados para o cultivo — o que obrigava a grandes importações de trigo e arroz, bem como de peixe salgado, para a alimentação de um povo extremamente pobre (II, 405-406) — sugeriu-lhe severas críticas, pois viu-o como resultado não só de uma má governação como também da própria indolência dos trabalhadores, característica que apontou amiúde. Talvez por isso as províncias do Douro Litoral e do Minho lhe mereceram mais algumas do que as lacónicas linhas que atribuiu à maioria das regiões por onde passou, tendo-as elogiado pela sua população laboriosa e riqueza agrícola (I, 410-411).

Em contrapartida, o Sul do país evidenciava a seus olhos um mau aproveitamento económico, possuindo no entanto motivos de interesse de ordem bem diversa, ou sejam, os de carácter histórico e militar. Na verdade, Costigan dedicou alguma atenção aos acontecimentos ocorridos no passado



em localidades como Faro (I, 17-18), Vila Real de Santo António (I, 54-60) ou Évora (I, 119) e encaminhou os seus passos até aos campos alentejanos onde haviam sido travadas batalhas entre portugueses e castelhanos, complementando tais visitas com a leitura de documentos existentes nos conventos da região sobre essas guerras fronteiriças (I, 149-151). Os lugares relacionados com a campanha de 1762 foram também por ele percorridos durante catorze dias (I, 268), e a sua estada em Elvas permitiu-lhe informar-se sobre o Forte La Lippe e a situação actual do exército português. Deste formou uma ideia bastante desfavorável, pois os militares estrangeiros com que contactou foram unânimes em reconhecer que o abandono de Portugal por parte do Conde de Lippe tinha reconduzido o exército nacional à desorganização e indisciplina que nele reinavam anteriormente à sua chegada (I, 231). Tal facto era bastante lamentável, tanto mais que os soldados portugueses, desde que confiantes nos seus superiores, revelavam possuir óptimas qualidades — lealdade, obediência, espírito de sacrifício — e apenas um vício, o do jogo, estando porém normalmente sujeitos às ordens de oficiais incompetentes e de má índole, o que conduzia ao estado de degradação que então se verificava no exército (II, 262-263).

Nos grandes meios do Porto e de Lisboa estas preocupações militares cederam face à vida de sociedade e às muitas solicitações cidadinas. Após os cansativos trajectos de terra em terra, pernoitando em estalagens de péssima qualidade e infestadas por percevejos, mosquitos e baratas (I, 149), o autor — e *Lord Freeman* — instalaram-se durante períodos mais longos naquelas duas cidades e aí conviveram especialmente com estrangeiros. Estes, quando solicitados a prestar esclarecimentos sobre Portugal, mostravam-se sempre dispostos a fazê-lo e invariavelmente apresentavam uma imagem negra do nosso país, sendo também frequente queixarem-se da forma hostil como eram tratados desde que D. Maria I subira ao trono (I, 75; 102-103).

Aos conhecimentos adquiridos através destes encontros sociais juntavam-se os que absorviam ao deambular pelas vias públicas. No Porto, repararam especialmente nas ruas, estreitas e íngremes (I, 396), e Costigan descreve algumas igrejas e conventos (I, 387-389), mas sem entrar em grandes pormenores e censurando antes as avultadas somas gastas em tais construções, quando o país estava imerso na pobreza (I, 397). Lisboa, por ser a capital, mereceu-lhe uma análise mais demorada. De um modo geral, podemos dizer que os elogios que teceu a Lisboa são os mesmos que muitos outros viajantes fizeram. Assim, gabou-lhe a bonita localização geográfica, o porto amplo, a variedade de frutos ali existentes, a excelência do clima (II, 24-25), recomendado pelos médicos ingleses aos seus doentes pulmonares (II, 48-49), enquanto que os lisboetas atacados pela tuberculose se deslocavam para o Alentejo com o mesmo intuito de recuperar a saúde (I, 114). Tão encantado ficou com o aspecto geral da cidade que a retratou nos seguintes termos:

«After breakfast, notwithstanding the heat, we sallied out to take a view of the city, whose romantic situation, wildly and irregularly scattered over so many high grounds and vallies, interspersed with orchards and vineyards, and descending to the banks of a majestic river full of shipping, produces such a variety of picturesque views, at every new station the observer takes, as are perfectly interesting.» (II, 58-59).



Contudo, à medida que foi conhecendo Lisboa em pormenor, esta agradável visão de conjunto esbateu-se. A nível de monumentos, mais uma vez o autor não lhes prestou uma particular atenção, sendo de realçar neste campo a referência enaltecadora aos quadros de mosaicos da Capela de S. João Baptista da Igreja de S. Roque (II, 147-148) e o reconhecimento da utilidade do Aqueduto das Águas Livres, embora confesse que as expectativas criadas pela grande fama desta obra, divulgada nomeadamente através de relatos de forasteiros que se lhe referiam com enorme admiração, não tenham sido satisfeitas (II, 249-250).

Também a arquitectura das muitas igrejas, capelas e conventos, com os seus quintais, vinhas e pomares ocupando ao todo um quinto ou um sexto da cidade, não lhe mereceu descrições especiais (II, 26-27), tendo-se Costigan interessado antes pela reconstrução de Lisboa após o Terramoto, faceta que o distingue de outros viajantes que nos visitaram. <sup>(45)</sup> Estabelecendo a diferença entre as ruas estreitas, tortuosas, íngremes e sem iluminação do período anterior àquela catástrofe natural (II, 36-37) e as que foram construídas após 1755, direitas, simétricas, espaçosas (II, 27), o autor elogia o plano de reconstrução, embora detecte nele um erro de cálculo, concretamente a demasiada altura das casas em proporção à largura das ruas (II, 27). Apesar disso, lamenta acima de tudo que as obras tenham cessado imediatamente a seguir à subida ao trono de D. Maria I, ficando por executar um projecto que só beneficiaria a capital portuguesa e do qual se podiam apreciar já os bonitos resultados expressos pela rua Augusta (II, 26) e pela Praça do Comércio (II, 30), considerada pelo Marquês de Pombal como o conjunto arquitectónico de maior prestígio da sua governação (II, 30-31).

Mas foi sobretudo a falta de higiene das vias públicas lisboetas o que mais lhe desagradou, tendo a noção de que antes do Terramoto essa situação deveria ter sido ainda pior. Por altura da sua estada, a rede de esgotos, inexistente à data daquele cataclismo, cobria apenas uma pequena parte da cidade (II, 37), sendo as imundícies atiradas para as ruas especialmente durante a noite, ali permanecendo e libertando um cheiro pestilento (II, 37-38). Medidas tinham sido tomadas para solucionar os nefastos efeitos desta prática do «água-vai», nomeadamente a contratação de varredores, os quais, no entanto, não cumpriam o seu dever (II, 59). Assim, a limpeza das artérias citadinas ficava sobretudo a cargo das grandes matilhas de cães vadios que as percorriam e iam comendo tudo aquilo que encontravam pelo caminho (II, 59). Em resumo, o cheiro nauseabundo do lixo amontoado nas ruas, associado ao calor intenso que se fazia sentir a certas horas e às longas distâncias entre os diferentes pontos de Lisboa dissuadiam muitos daqueles que porventura desejassem passear por ela:

«[...] so that it is a common observation of the natives, that, excepting persons of the lowest conditions of life, you shall not meet any one on foot during some hours of the violent heat every day, but dogs and Englishmen.» (II, 60-61)

---

<sup>(45)</sup> Sobre a reconstrução de Lisboa vista pelos viajantes britânicos consulte-se: Judite Nozes, «Uma cidade nova?» in *Um Olhar Sobre Lisboa. Os Viajantes Britânicos do século XVIII*. Dissertação de Mestrado em Estudos Anglo-Portugueses apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1986, pp. 182-277.



Este quadro de uma cidade pouco desenvolvida traçado por Costigan e pela quase unanimidade dos estrangeiros que por aqui passaram tem o seu paralelo na pobreza das actividades culturais. Com efeito, o autor refere que não existe, na altura, um teatro público na capital, pretendendo a Rainha com essa proibição zelar pela moral e pelos bons costumes (II, 336). Nas casas particulares dos nobres tinham contudo lugar espectáculos teatrais, tendo Costigan assistido a um deles, que descreve longamente (II, 344-356). Embora tivesse sentido algumas dificuldades em entender as falas dos actores, deu-se conta da preferência dada pelos portugueses à comédia, ao humor grosseiro, às cenas de pancadaria (II, 356) e aos temas de carácter religioso, estando por vezes subjacente a estes uma crítica ao comportamento impróprio do clero (II, 354). O autor, que detestou toda a representação, inseriu-a no contexto do atraso cultural que em Portugal se vivia, sem distinção de classes:

«But, however absurd, ridiculous and monstrous these farces may be, it must be remembered they are but representations calculated to amuse the vulgar, always best pleased with whatever appears most crude, incredible and gigantic [...]» (II, 356-357).

Por várias ocasiões surgem em *Sketches* referências à pouca importância conferida neste país à educação (I, 46), simbolizada pela ignorância e imbecilidade dos próprios príncipes de Portugal desde o desafortunado D. Sebastião (II, 398). O percurso que efectuou ao longo do país oferecera-lhe também a oportunidade de constatar a pobreza das bibliotecas privadas, onde normalmente só existiam livros sobre santos e milagres (I, 130). Francamente crítico em relação a este estado de obscurantismo, Costigan não deixou de acusar a Igreja Católica de se aproveitar da ignorância e da fé do povo para benefício próprio e como meio de conservar a sua situação de privilégio e domínio da sociedade em geral. As mulheres eram, neste aspecto, as maiores vítimas de uma educação errada. Criadas no ócio e sem qualquer acesso às fontes de conhecimento, profundamente crentes, deixavam-se conduzir pelos conselhos dos confessores, tornavam-se presas fáceis da primeira paixão que as avassalava e que, por vezes, só lhes trazia infelicidade (I, 422), ou eram obrigadas, pelos pais, a entrar para um convento sempre que não se lhes conseguia um casamento com alguém de igual nível social (I, 411).

Tendo formado uma ideia tão má sobre o desenvolvimento intelectual dos portugueses, Costigan não procurou informar-se sobre as suas tradições artísticas. Ao contrário de outros viajantes que fornecem, por exemplo, uma panorâmica da literatura lusa ou, pelo menos, destacam alguns dos nomes mais famosos nessa área, Costigan refere um único, o de Camões, aliás o autor português então mais divulgado na Grã-Bretanha. <sup>(46)</sup> Não foi, no entanto, enquanto poeta épico e lírico que o invocou, mas sim pelos seus dotes de glosador. A permanência em Portugal ensinou a Costigan que aqui os poetas tinham por hábito dedicar versos a acontecimentos especiais, tais como

---

<sup>(46)</sup> Na década de oitenta do século XVIII, altura em que é publicado o relato de Costigan, Camões era de longe o autor português mais conhecido pelos britânicos. Para tal contribuiu de forma decisiva o êxito alcançado por W. J. Mickle com a sua versão de *Os Lusíadas: The Lusiad; or, The Discovery of India. An Epic Poem. Translated from the original Portuguese of Luis de Camoëns (1776)*.



nascimentos, casamentos e aniversários, todos eles escritos num estilo extravagante e hiperbólico (II, 364). Mas, de entre os poetas, captaram a atenção do autor os que, de improviso, glosavam um mote que lhes era fornecido no momento (II, 364-366). Tal passatempo era dos mais apreciados nas reuniões sociais, e aqueles que possuíam o dom de assim compor versos — quer homens, quer mulheres — eram vistos com admiração, como registou:

«[...] for the man who is dexterous at glozing in this manner, is esteemed a first-rate genius, and considered as having reached the summit of Parnassus; even their great Camoens did not disdain amusing himself, and exhibiting in this way, and among others he made a gloze to every letter of the Alphabet.» (II, 366).

Para além desta manifestação cultural, teve ensejo de assistir a uma outra, desta feita no campo da dança. Aconteceu quando foi espectador das representações teatrais a que já fizemos menção. No final de um dos quadros de farsa entre algumas freiras e os seus galanteadores, as personagens dançaram a fofa ao som da guitarra e, de seguida, uma outra dança mais lasciva e obscena do que a anterior, apenas executada pela população negra de Lisboa, como lhe disseram (II, 354). Este episódio, aplaudido pelos presentes com grande entusiasmo, veio confirmar-lhe algo que ele já antes constataria, ou seja, o gosto dos portugueses pela dança e também pelo canto e a música em geral:

«[...] this is quite a musical and a singing country, and there is hardly a peasant, a country girl, or a common soldier, who does not play on the Guitar, and is not provided with one of those instruments, when they have hardly a shirt to their backs, or a rag to cover their nakedness.» (II, 170)

A cultura de um povo revela-se também no modo como se alimenta, e, neste aspecto, Costigan teve ocasião de presenciar variados comportamentos e hábitos que anotou no seu relato. Assim, reparou que os portugueses eram grandes apreciadores de comida (I, 183) e autênticos devoradores de pão (II, 376), chegando inclusivamente a jejuar na vespéra de um almoço ou jantar para que tivessem sido convidados de modo a poder, então, encher os estômagos (I, 316). Os casamentos, em especial, ofereciam uma excelente oportunidade de satisfazerem esse gosto, e os pais dos noivos faziam gala em organizar festas de espanto, abundantes em comida, e que chegavam mesmo a deixá-los endividados (II, 361). Mas qualquer reunião social, por mais limitada que fosse, caracterizava-se normalmente por uma assinalável ingestão de doces, grande regalo dos naturais do país (II, 376-377) e que os fazia beber enormes quantidades de água (I, 159). Este costume era, aliás, responsável pelo elevado número de pessoas obesas existente em Portugal (II, 377), mas a preferência dada à água mereceu a Costigan a sua aprovação. Na verdade, pôde a este propósito fazer comparações entre o excessivo consumo de bebidas alcoólicas por parte dos ingleses (I, 160) e a prática portuguesa de acompanhar as refeições com água, terminando-as com café (II, 76). Tal abstinência libertava os portugueses do vício do alcoolismo (II, 256), que consideravam perfeitamente desprezível (II, 338) e os levava a ver com maus olhos todos aqueles que o tinham, concretamente os ingleses (I, 158). É evidente que o tipo de alimentação farta a que faz alusão dizia respeito às classes mais altas da sociedade, mas Costigan teve também o



cuidado de descrever a dos camponeses e criados, pois elas eram exemplo do grande fosso existente entre as diferentes camadas da população em termos de qualidade de vida. Em relação aos primeiros, refere a frugalidade da sua dieta, composta por pão, sardinhas salgadas e cabeças de alho, apenas interrompida no Natal e na Páscoa por um pouco de carne de porco, vaca ou vitela que eles próprios criavam e, muito esporadicamente, por bacalhau proveniente da Terra-Nova (I, 362-363). Quanto aos serviçais das casas nobres, almoçavam carne e arroz cozidos ou bacalhau e arroz, igualmente cozidos. Ao jantar era-lhes distribuído um pedaço de carne fria, ou sardinhas, tudo acompanhado por salada de alface, ou outra, temperada com azeite e vinagre, o molho normalmente usado na cozinha portuguesa (II, 375-376).

A atenção prestada à questão alimentar forneceu a Costigan alguns elementos para a caracterização dos portugueses como povo, aspecto a que dedicou muitas páginas. Assim, registou o ar mal alimentado dos camponeses e a apatia presente nos seus rostos queimados pelo sol e precocemente envelhecidos, especialmente os das mulheres (I, 365). Apesar da pobreza em que viviam, mostravam-se corteses, sempre prontos a ajudar e a servir de guias aos estrangeiros que lhes pediam qualquer informação (I, 113), ao contrário dos nobres que, conscientes da sua ignorância, tinham para com os forasteiros uma atitude reservada (I, 47-48). A verificação deste facto levou-o a acreditar no princípio segundo o qual o carácter dos portugueses melhora à medida que se vai descendo na escala social (I, 136), o que explica a sua apresentação da nobreza do nosso país como a representante máxima dos defeitos lusitanos. O retrato do fidalgo português tal como surge em *Sketches* apresenta-o como um homem gordo e indolente, dado que se alimenta de forma exagerada e não pratica qualquer tipo de exercício físico (II, 377), nunca prescindindo do hábito nacional de dormir a sesta (I, 162). O seu aspecto é doentio e, possuído por uma sensualidade exagerada, indulgência todo o género de vícios, tomando ares presunçosos e vivendo acima das suas possibilidades (II, 360-361). Habitando um país em que o povo vive mergulhado na ignorância e superstição (II, 139), consegue camuflar a sua incultura e estupidez, as quais depressa se tornam visíveis aos olhos daqueles que, como Costigan, vêm de nações mais desenvolvidas e progressistas.

Não produzindo nunca nada de útil nem tomando qualquer iniciativa que tivesse em vista arrancar o seu reino do estado de estagnação em que se encontrava, os nobres de Portugal gastavam o seu tempo a adular o Soberano, dependendo totalmente dos favores que aquele lhes concedia (II, 402-403). Uma das agravantes do seu carácter consistia, além do mais, no facto de, sempre que colocados em lugares de autoridade, utilizarem o poder que detinham para favorecer os amigos e prejudicar todos aqueles com quem não mantinham boas relações (I, 385). Esta arbitrariedade tinha, como é de calcular, sérias implicações no modo como a justiça era aplicada. Costigan relata um dos passatempos a que os jovens da nobreza se entregavam e que ilustra bem o modo como esta classe se sentia com o direito de se comportar a seu bel-prazer, sem recear a punição dos poderes públicos:

«[...] but their favourite diversion is to sally out in the night-time in their cloaks [...] and followed by a number of bravoos they keep in their service, when they scour the streets, which are perfectly dark,



only where there happens to be a lamp before the small niches of the Virgin in the walls of some houses. They attack the Patroles or Rounds, where there are any, whom they generally drive before them, knock down whomsoever they meet with their bludgeons, and if they find any resistance, their bravoes are at hand, who are all wonderfully dextrous at the use of the stabbing-knife, so that they seldom return from these nocturnal excursions without leaving some one dead in the streets [...]» (II, 175).

Senhores voluntariosos, sabiam de antemão que podiam escudar-se por detrás dos seus braços e que, mesmo quando apanhados nas malhas da justiça, esta não era executada, bastando para isso recorrer a «empenhos», ou seja, todos aqueles actos pelos quais os familiares e amigos do réu intercediam junto das autoridades com o intuito de ilibá-lo dos crimes de que fora acusado (I, 399-400). Costigan conta em *Sketches* variadíssimas histórias que comprovam a afirmação de que em Portugal a lei era letra morta, o crime ficava impune e as sentenças, mesmo quando pronunciadas, raramente eram cumpridas (I, 399).

Deste privilégio de fuga à justiça partilhavam também, muitas vezes, os criados dos nobres. Patrões e empregados conviviavam, aliás, de igual para igual, chegando estes a atingir dentro de casa uma posição de força de que Costigan muito se admirou e que considerou contraproducente (II, 369). Esta forma de tratamento permitia-lhes, no entanto, contar com a conivência dos serviçais sempre que praticavam acções ilícitas e, simultaneamente, encontravam neles os companheiros de que necessitavam para alguns dos seus divertimentos favoritos, como o jogo das cartas e o bilhar (II, 175).

Este conjunto de marcas distintivas que o autor atribui aos homens das classes altas, acrescido de uma tendência mulhenga, o que explica o facto de serem as doenças venéreas as mais comuns em Portugal (I, 216), tem o seu contraponto bem mais positivo na mulher portuguesa da mesma condição social. Esta é apresentada como o melhor e o mais gentil dos seres (I, 179) e detentora de três apreciáveis atributos, por sinal comuns entre o sexo feminino do nosso país, como constatou: a beleza dos olhos, do cabelo e dos dentes (II, 362). Contudo, elas são vítimas da sobreprotecção dos pais, o que impede de serem facilmente cortejadas sem a aprovação daqueles (I, 179), realidade que *Lord Freeman* experimentou na pele ao ter de enfrentar um sem número de obstáculos até conseguir concretizar o seu desejo de casar-se com uma portuguesa nobre, Dona Lucrecia, filha de uma inglesa e de um visconde português. Além disso, são também obrigadas a suportar o ciúme doentio dos maridos, extremamente receosos de se verem atraídoos, pois tal facto constitui a maior das desgraças que pode acontecer ao homem nacional, como Costigan teve ocasião de ouvir dizer (II, 176). Não obstante estas limitações, as mulheres portuguesas exerciam uma apreciável influência em seu redor, comparável ao que se verificava na sociedade francesa, embora de forma menos visível (II, 257), pois a mentalidade retrógrada reinante confinava-as às paredes das suas residências e relegava para o secretismo tudo o que se relacionava com o amor e o sexo (I, 211).

Para além desta caracterização de acordo com os estratos sociais e os sexos, Costigan destaca ainda outras componentes da psicologia dos portugueses que aplica à generalidade da população e que, no todo, dão uma imagem



profundamente negativa do nosso povo, corroborada por muitos outros estrangeiros que não hesitaram, tal como o autor de *Sketches*, em desacreditá-lo aos olhos da Europa. De forma sucinta, podemos reduzir os muitos juízos feitos por Costigan a uma adjectivação inteiramente depreciativa da personalidade portuguesa. Assim, esta é rotulada de supersticiosa, desonesta, mentirosa, traiçoeira, invejosa, vingativa, intriguista, hipócrita, teimosa e ingrata, enfim uma nação de «Knaves, Slanderers, Pimps, Parasites, Catamites, Thieves and Murderers» (I, 266), onde segundo o autor, se perpetraram mais crimes do que em qualquer outra (II, 414-415). E, para reforçar este quadro negro, Costigan vai ao ponto de confidenciar que ele próprio foi vítima de uma tentativa de assasínio durante a sua estada em Lisboa (II, 265-266).

Gente tão mesquinha e desprezível como esta que Costigan descreveu teria forçosamente de constituir um país igualmente pleno de defeitos e, na verdade, é isso que podemos ler em *Sketches*. Ao escrever no início da sua obra que tivera curiosidade de conhecer um país «so little deserving of notice as Portugal» (I, 12), Costigan estava já aí a antecipar a visão profundamente desfavorável que viria a transmitir. A crítica de fundo que faz à sociedade portuguesa assenta nos efeitos nefastos provocados pela aliança entre o Estado e a Igreja e que ele considera serem evidentes em todas as áreas da vida nacional (II, 397). O Governo português, o mais despótico da Europa, como afirma categoricamente (II, 397-398), administra o país em sintonia com as orientações e interesses da Igreja Católica, oprimindo um povo crente e supersticioso que é mantido dessa forma num estado de escravidão, ignorância e pobreza (I, 365), óbvio aos olhos dos estrangeiros (I, 22).

Costigan era um filho da Europa do progresso e, como tal, não podia deixar de se revoltar contra a situação de completo atraso, estagnação e miséria em que Portugal se encontrava mergulhado (I, 128), sentimento que os próprios estrangeirados portugueses partilhavam. Daí as considerações que tece sobre os perigos da centralização do poder nas mãos de um só indivíduo, e as muitas histórias que conta para provar o modo como, neste país peninsular, as liberdades são atropeladas e a injustiça das instituições políticas e religiosas se revela a todo o momento.

Tão desastrosa governação é fruto de uma Corte definida como «foolish and superstitious» (I, 103), cujos membros são pessoas gordas e doentias, excepção apenas feita à família dos Marialva, a mais bonita, mas na qual, mesmo assim, é visível a ascendência judaica (II, 142-143). Tendo prestado serviço em Espanha, o autor pôde, aliás, estabelecer a comparação entre a Corte portuguesa e a espanhola, verificando conter esta no seu seio gente de disposição liberal e esclarecida que ansiosamente espera por uma revolução social que ponha fim à prejudicial influência da Igreja Católica e arranque o país da imobilidade (II, 139). Esta esperançosa perspectiva de alteração da sociedade espanhola, que Costigan não vislumbrou em Portugal, levou-o até a apontar como solução futura para o nosso país a sujeição de novo ao domínio da nação vizinha:

«[...] the most auspicious event for the kingdom of Portugal, (all but the Nobility and Clergy of it) would be to return under the dominion of Spain, when they would meet with a treatment from Spanish Governors and Superiors very different from what they formerly experienced.» (II, 419)



Mas não é apenas a Corte a única a sofrer as acusações de Costigan, embora abundem em *Sketches* críticas à monarquia portuguesa e ao esbanjamento dos dinheiros públicos por parte dos seus monarcas, com especial incidência na actual Rainha, D. Maria I, chamada de imbecil e louca (I, 347) e fortemente censurada por ter restituído à Inquisição o poder que lhe fora retirado pelo Marquês de Pombal (I, 143). Este ministro é, por seu turno, o governante português que mais páginas ocupa no relato de Costigan. Com efeito, este viajante, à semelhança de muitos outros que nos visitaram, revelou sentir em relação a Sebastião José de Carvalho e Melo uma curiosidade que o levou a inteirar-se sobre a sua vida — tendo chegado, inclusivamente, a deslocar-se a Oeiras para conhecer o palácio do Marquês, que descreveu (II, 252-253) — e obra. A este nível elogiou-lhe a actuação por altura do Terramoto (I, 228), apontou as suas tentativas de refrear as importações fomentando a produção nacional (II, 31), fez enfim uma resenha da administração do Marquês de Pombal, pondo em destaque algumas das suas medidas, nomeadamente aquelas que visaram a redução da autoridade e insolência da nobreza e do clero (I, 138-142). Embora este estadista tenha despertado nos compatriotas reacções contraditórias de amor e ódio (II, 115), Costigan reconheceu-o como um homem de fibra, determinado, sem deixar contudo de alertar para o despotismo da sua actuação.

O Marquês de Pombal surge, porém, no contexto de *Sketches* como uma excepção de inteligência e sentido empreendedor (II, 29), que se opõe à generalidade da classe política portuguesa, formada por indivíduos incompetentes, dissimulados, interesseiros e destituídos de princípios morais e éticos (II, 407). Tudo fazendo para a manutenção do *status quo* e preservação dos seus privilégios, os governantes portugueses emperraram o país com uma burocracia excessiva (I, 79) e estabeleceram a prática da adulação — através de prendas, doações, etc. — como forma de conseguir os favores das autoridades civis, militares e religiosas (I, 46). Este eficaz jogo de influências e subornos, embora tacitamente aceite por todos, era levado a cabo de forma velada, tendo Costigan acabado por acreditar que «Silence and secrecy is the only method of doing effectually all sorts of business in this country.» (II, 269).

O arreigado conservadorismo do clero e da nobreza, detentores do poder, aliado à corrupção vigente, era, pois, responsável pelo estado de subdesenvolvimento de Portugal. Apesar do seu glorioso passado histórico e das muitas e ricas colónias conquistadas com as Descobertas, a nossa política não soubera beneficiar o grosso da população com os lucros do comércio, nem desenvolver este ramo da economia de modo a transformá-lo em motor de progresso. Daí que Costigan tenha registado estar o comércio, por aquela altura, nas mãos da Coroa, de algumas companhias monopolistas e de estrangeiros, sendo estes últimos especialmente ingleses. Tal realidade proporcionou-lhe inclusivamente uma oportunidade para criticar a ganância da nação inglesa nas suas relações externas com os outros povos (I, 2-3), exemplificada pelos enormes lucros ganhos com o seu comércio com Portugal (II, 409) e obtidos não raro à custa da exploração dos pobres trabalhadores locais, como teve ocasião de observar em Faro (I, 14). Devemos ter em mente que o autor se apresenta como irlandês, não sendo pois de estranhar esta posição crítica em relação ao poderio da Inglaterra, opressora da Irlanda e, como diz, responsável pela pobreza em que vive o seu povo, no que é, aliás, comparável à miséria do campesinato português (I, 365).



Ainda na área económica, Costigan aborda uma outra questão que se prende intimamente com o não aproveitamento das nossas riquezas ultramarinas. Diz ela respeito ao ouro proveniente das minas da América do Sul, único garante, na opinião do autor, da independência portuguesa (II, 406-407), pois é a moeda com que são pagos todos os produtos importados do estrangeiro (II, 43). Por esta razão, o ouro das colónias não é mais do que um bem ilusório, já que ele apenas passa pelas mãos dos portugueses para ir depositar-se nos cofres das nações com as quais negociavam (II, 413). Além disso, a necessidade de comprar tantos produtos de consumo ao estrangeiro implicava uma subida dos preços junto do público, tendo-se Costigan queixado do alto custo de vida em Portugal durante os anos em que aqui esteve, 1778-1779, superior, como diz, ao da França, da Irlanda e mesmo ao de algumas regiões de Inglaterra (I, 306).

O autor de *Sketches* notou também que à ineficácia das estruturas comerciais portuguesas e à ausência de uma indústria produtiva se juntava, infelizmente, um espírito avesso a qualquer inovação, revelador de uma mentalidade retrógrada:

«Arts and industry, and every sort of modern improvement are still unknown among them as a nation, and are only practised by a few foreign adventurers, who avail themselves of the national indolence and ignorance [...]» (II, 413).

Tendo em conta a estagnação em que encontrou o país e a má índole que atribuiu aos portugueses, não admira que tenha apenas levado consigo uma boa opinião sobre o nosso clima e paisagem, lamentando que esta deliciosa região esteja entregue a um povo tão desmazelado:

«What a delightful country might this be made, and would soon become, were it in the hands of the English, French or Irish, instead of the slovens who now possess it!» (I, 170).<sup>(47)</sup>

Quanto às piores impressões recolhidas, a estada em Portugal veio reforçar o seu antagonismo em relação à Igreja Católica, tendo sido a religião a realidade que mais tratou em *Sketches* e aquela que lhe deixou mais ruins recordações. Pela importância que tem no contexto do relato e por ser ela essencialmente a instigadora do desprezo que Costigan sente pelos portugueses, reservámos para o final da descrição deste livro de viagens as observações nele feitas a propósito desta temática. A situação de desastre em que Portugal se encontra à data da vinda deste forasteiro é definida de forma sumária e irónica:

---

<sup>(47)</sup> A este respeito, Costigan faz lembrar as semelhantes opiniões de Robert Southey e de Lord Byron, publicadas anos mais tarde a propósito de Sintra: «Cintra is too good a place for the Portuguese. It is only fit for us Goths — for Germans or English.»: carta de Robert Southey ao irmão, Thomas Southey, datada de 15 de Junho de 1800 e incluída em «Robert Southey's hitherto unpublished letters from Portugal 1800-1801 supplemented by extracts from his published correspondence» in *Journals of a Residence in Portugal 1800-1801 and a Visit to France 1838. Supplemented by extracts from his correspondence*. Edited by Adolfo Cabral. Oxford, At The Clarendon Press, 1960, p. 99; «Poor, paltry slaves! Yet born' midst noblest scenes — / Why, Nature, waste thy wonders on such men?»: Lord Byron, «Childe Harold's Pilgrimage», Canto I, est. XVIII, in *Poetical Works*. Edited by Frederick Page. A New Edition, corrected by John Jump. Oxford, New York, Toronto, Melbourne, Oxford University Press, 1979 (1<sup>st</sup> edition 1904), p. 183.



. «O happy country! governed by a Woman, and a set of insolent worthless Churchmen!» (II, 168).

Costigan atribui à Igreja Católica a maior quota de responsabilidade pelo atraso deste país ibérico e acusa abertamente aquela instituição de explorar a fé e a superstição do povo para seu próprio benefício. O exemplo mais acabado de fanatismo religioso é a Rainha, comprovado pelo autor através da inclusão de um episódio recentemente ocorrido a alguma distância de Lisboa: tratou-se do assalto a uma igreja e consequente roubo de algumas hóstias, delito que deixou a Soberana tão consternada que decretou luto na Corte por nove dias, findos os quais se realizou uma longa procissão de desagravo com a participação de D. Maria I e do seu séquito (II, 357-358). Mas outras provas de uma credence exagerada são proporcionadas pela fé cega dos portugueses nos poderes milagrosos dos muitos santos da sua devoção (II, 144-146; II, 148-150), em particular os de Santo António (I, 76-78), e que Costigan classifica de «crude absurdities» (I, 78). Para além dessa autêntica legião de santos, o autor de *Sketches* salienta igualmente a importância dos anjos protectores e dos santos padroeiros no universo mental das gentes lusas (I, 73) e realça a popularidade do culto mariano (I, 392).

A Costigan desagradava profundamente o fausto da Igreja Católica, o grande cerimonial, a proliferação de imagens, bem como o ódio que votava aos hereges e o terror que inculcava respeitante aos tormentos do Purgatório (II, 414). Este último era, aliás, bastante fomentado pelos padres, pois o negócio das missas pelas almas do Purgatório afigurava-se extremamente rentável (II, 394). E eis aqui aflorado um dos aspectos que mais revolta lhe causavam, ou seja, o enriquecimento da Igreja Católica à custa do dinheiro dos crentes, tendo concluído que «without money Rome gives nothing» (I, 299).

Estes interesses financeiros eram, porém, apenas uma das deploráveis facetas que a Igreja em Portugal tinha adquirido. O poder político que detinha e que apenas fora reprimido pelo Marquês de Pombal, para voltar a ganhar força no reinado de D. Maria I, tendo o Tribunal do Santo Ofício então retomado a perseguição a inocentes (I, 93-94), despertava nos seus membros ambições e conduzia-os a actos que nada tinham que ver com a essência das funções religiosas. Simultaneamente, tinha-se verificado entre o clero português uma gradual dissolução de costumes, acompanhada pela negligência das obrigações que deveria desempenhar. Muitos e variados são os exemplos fornecidos por Costigan para ilustrar o comportamento desregrado dos eclesiásticos, que somente se preocupavam com as aparências (II, 68) e praticavam em segredo actos profundamente condenáveis, como incestos — é mencionado o caso do irmão do Marquês de Pombal, o inquisidor Paulo de Carvalho, amante da sua própria filha (II, 230) —, homossexualidade, bastante frequente em Portugal (II, 286), relacionamento com prostitutas (II, 285), para além de ser comum manterem amantes e terem filhos que escondiam sob o parentesco de sobrinhos (I, 174). Costigan, bem como outros viajantes que trataram deste assunto, não deixa contudo de atribuir as culpas desta situação à obrigatoriedade do voto de celibato dos padres, que dá origem a abortos, infanticídios e outros crimes (I, 421).

As freiras também não escapam a estas acusações, sendo do domínio público que violavam a clausura dos conventos deixando entrar neles os seus



amantes, ou simplesmente se compraziam em receber os forasteiros que tinham por hábito, e por uma questão de galanteria, visitá-los (I, 411). Tal era a depravação dos costumes no seio da Igreja Católica quer em Portugal, quer em Espanha, que o povo peninsular inventara um provérbio que Costigan achou adequado: «Se Deus castigar a luxúria, pode ficar no Céu só.» (II, 69).<sup>(48)</sup>

Eis-nos chegados ao fim do levantamento dos temas tratados no relato de viagens de Costigan e da apreciação geral do respectivo conteúdo. Embora sejam evidentes a má-vontade e o exagero demonstrados pelo autor ao analisar a sociedade portuguesa, não podemos deixar de admitir que muitos dos juízos que formulou encontraram expressão idêntica nas páginas de outras obras dedicadas a Portugal por estrangeiros nos séculos XVIII e XIX, pelo que haverá uma parte de verdade nas críticas de Costigan. Além do mais, temos de reconhecer que variadíssimas delas dizem respeito a mazelas de que ainda hoje, volvidos mais de dois séculos, continua a enfermar a vida nacional.

A desmontagem de *Sketches* permite-nos, por outro lado, avaliar a importância que a literatura de viagens possui no sentido de fornecer elementos para a reconstituição da história social de um povo, ainda quase totalmente por fazer no caso português. Assim sendo, e tendo em conta a escassez de dados fornecidos por compatriotas nossos de séculos passados que não sentiram necessidade de registar por escrito aquilo que, para eles, era simples rotina diária, torna-se evidente o interesse dos livros sobre Portugal escritos por estrangeiros, entre os quais muitos britânicos, pois eles encerram uma heterogeneidade de informações que ajuda por certo a caracterizar o quotidiano da época em que foram escritos. Isto mesmo tem sido reconhecido pelos historiadores e por certos estudiosos que a estes assuntos dedicaram alguma atenção e se aperceberam da riqueza dos relatos de viagens, como foi o caso de Maria Amália Vaz de Carvalho, que afirmou:

«Uma das leituras mais curiosas que pode haver é a de *viagens* feitas por estrangeiros de diversas nações na nossa terra.»<sup>(49)</sup>

No que diz respeito a *Sketches*, podemos dar alguns exemplos do modo como esta obra já foi aproveitada, retirando-se dela elementos que contribuem para compor a imagem do Portugal de setecentos. Assim, em 1934, no periódico *Arquivo Nacional*, foram publicados excertos do relato de Costigan, sob o título «Bosquejo de costumes portugueses traçado por ingleses».<sup>(50)</sup> Rose Macaulay em *They Went to Portugal* (1946) recorre ao mesmo livro para caracterizar um dos estrangeiros que residiram em Portugal, John Whitehead, cônsul britânico na cidade do Porto, e descrito longamente nas páginas de *Sketches* por Costigan ter com ele convivido no ano de 1778.<sup>(51)</sup> Por seu turno, Suzanne Chantal englobou o depoimento de Costigan no conjunto daqueles de

---

<sup>(48)</sup> Sobre a vida devassa do clero português por altura da estada de Costigan entre nós sugerimos a seguinte leitura: Frei João de Mansilha, *A História Escandalosa dos Conventos da Ordem de S. Domingos em Portugal 1774/1776*. Lisboa, Vega, s/d.

<sup>(49)</sup> Maria Amália Vaz de Carvalho, *Em Portugal e no Estrangeiro (Ensaio Crítico)*. Lisboa, Parceria A. M. Pereira — Livraria Editora, 1899, p. 113.

<sup>(50)</sup> «Bosquejo de costumes portugueses traçado por ingleses» in *Arquivo Nacional*. Ano III, n.º 115. Lisboa, 23 de Março de 1934, pp. 1002-1004.

<sup>(51)</sup> Rose Macaulay, *They Went to Portugal*. London, Jonathan Cape, 1946, pp. 399-406.



que se socorreu para escrever *La Vie Quotidienne au Portugal après le tremblement de terre de Lisbonne de 1755*.<sup>(52)</sup> Também H. E. S. Fischer, no seu estudo *The Portugal Trade. A Study of Anglo-Portuguese Commerce 1700-1770* (1971), cita Costigan na bibliografia<sup>(53)</sup>. Mais recentemente, em 1985, Rui Aragão atentou em Costigan, entre outros viajantes, por adiantar aquele autor tópicos para a definição da psicologia portuguesa, tratada em *Portugal — O Desafio Nacionalista. Psicologia e Identidade Nacionais*.<sup>(54)</sup> E, finalmente, em 1987, Piedade B. Santos, Teresa Rodrigues e Margarida Nogueira deram à estampa *Lisboa Setecentista Vista por Estrangeiros*<sup>(55)</sup>, trabalho em que se procurou estabelecer um quadro da vida quotidiana em Portugal no século XVIII, exactamente a partir dos relatos de viagens que estrangeiros deixaram.

Fica assim sublinhado o contributo que a obra de Arthur William Costigan, ou James Ferrier, pode dar para a reconstrução do *modus vivendi* português de há dois séculos. No que respeita a literatura de viagens, Portugal é, aliás, um dos países que maior riqueza possui nesse campo, pois desde há muito que atrai a curiosidade dos olhares estrangeiros. Um dos grandes escritores da nossa literatura, Camilo Castelo Branco, deu-se conta deste facto, que anotou de forma peculiar:

«Não sei de nacionalidade alguma que possua um monumento litterario d'esta especie. As grandes nações não teem vagar para se informarem do que a seu respeito escrevem as outras, ou descuram desdenhosas tanto a injuria como a lisonja. Nós, porém, os portuguezes [...] consola-nos saber o que pensam de nós os viajantes que fumam londrés nas janellas do Hotel Central.»<sup>(56)</sup>

---

(52) Tradução portuguesa: Suzanne Chantal, *A Vida Quotidiana em Portugal ao Tempo do Terramoto*. Tradução de Álvaro Simões. Lisboa, Edição «Livros do Brasil», s/d.

(53) Tradução portuguesa: H. E. S. Fisher, *De Methuen a Pombal. O Comércio Anglo-Português de 1700 a 1770*. Tradução de Joaquim Duarte Peixoto. Lisboa, Gradiva, 1984.

(54) Rui Aragão, *Portugal — O Desafio Nacionalista. Psicologia e Identidade Nacionais*. Lisboa, Editorial Teorema, Coleção Terra Nostra, 1985.

(55) Piedade B. Santos, Teresa Rodrigues e Margarida Nogueira, *Lisboa Setecentista Vista por Estrangeiros*. Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

(56) Camilo Castelo Branco, *Narcóticos*. Vol. II. Notas Bibliographicas, Historicas, Criticas e Humoristicas. Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1920, p. 16.